

PROCESSO TCE N° 16.212.2012-80
ENTIDADE: Assembleia Legislativa do Estado do Acre-ALEAC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, exercício de 2011
RESPONSÁVEL: José Elson Santiago de Melo
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.435/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Contas Irregulares. Prescrição da Multa. Verba Indenizatória. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com fulcro no Art. 51, inciso III, alínea “b” da LCE nº 38/1993, considerando **Irregular** a Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade do Senhor **José Elson Santiago de Melo** (Presidente), motivado pelo pagamento indevido, das chamadas verbas indenizatórias (sessão extraordinária), **vedada** no artigo 57, parágrafo 7º (EC nº 50/2006), da CF/1988, no valor de **R\$ 2.901.545,00**, no entanto, não imputamos a devolução do valor impugnado, fundamentado, por analogia, ao que consta em decisões já proferidas por este Tribunal de Contas contidas nos Acórdãos de números 9.514/2016 e 9.517/2016-Plenário; deixamos de aplicar a multa por ter sido alcançada pelo instituto da prescrição quinquenal; pela notificação do atual

Presidente da Mesa Diretora da ALEAC e demais ordenadores de despesas, para que adote, a partir das próximas prestações de contas (2017), em diante, às medidas necessárias para a **suspensão** de pagamentos, a título de verbas indenizatórias (sessões extraordinárias), em cumprimento a vedação definida no artigo 57, parágrafo 7º, (EC nº 50/2006), da CF/1988, sob pena de responsabilidade, na hipótese de reincidência. O colegiado decidiu, com o voto de desempate do Conselheiro Presidente em exercício, por maioria, nos termos do voto da Conselheira-Relatora. Divergiu, em parte, o Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, acompanhado pela Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**, que votaram também pela condenação do gestor à devolução de **R\$ 30.705,17** (auxílio financeiro a estudantes). Após as formalidades de estilo, pelo o arquivamento dos autos.

Rio Branco-Acre, 10 de agosto de 2017

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Presidente do TCE/AC, **interino**

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**

Fui presente: **Mario Sérgio Neri de Oliveira**

Procurador – Chefe do MPE/TCE/AC